



**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB**

**Processo n. 08230756220178152001**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **VALDERI MENDONCA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 20 de setembro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

**PROCESSO ORIGINÁRIO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA / PB**

**Processo n.º 08230756220178152001**

**APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**

**APELADA: VALDERI MENDONCA DA SILVA**

**RAZÕES DO RECURSO**

**COLENDIA CÂMARA,**

**INCLÍTOS JULGADORES,**

A sentença proferida no juízo “a quo” merece ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos e fundamentada em afronta as normas legais aplicáveis.

**BREVE RELATO DOS FATOS**

Cuida-se o feito de ação de cobrança de seguro DPVAT, em que o recorrido, alega na peça vestibular ter sofrido acidente de trânsito em 17/04/2016.

Aduz ainda, que, em razão do sinistro noticiado nos autos é portador de invalidez permanente, tendo se submetido a exame pericial.

Por fim, em razão da suposta invalidez adquirida, o recorrido, ajuizou a presente lide pleiteando verba indenizatória do Seguro DPVAT.

Entendeu o Nobre Juiz *a quo*, em acolher parcialmente o pedido inicial, ultrapassando todas as teses lançadas na defesa da Demandada, assim, julgou a lide parcialmente procedente, em desfavor da Recorrente, condenando-a a indenizar a parte Apelada, a título de seguro DPVAT, nos seguintes termos:

Gizadas tais razões de decidir, **ACOLHO PARCIALMENTE O PEDIDO AUTURAL**, resolvendo o mérito da causa nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil, **condeno a seguradora demandada a pagar ao autor a diferença a título de seguro de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), corrigido monetariamente pelo IGPM/FGV, consoante a Circular nº 255, da SUSEP, a partir do evento danoso, com incidência de juros de mora de 1,0% ao mês, a partir da citação válida, conforme estabelecem as Súmulas 43 e 54 do STJ.**

*Data vênia*, não houve com o habitual acerto o Ilustre Magistrado *a quo*, pois, conforme se passa a demonstrar, a r. Decisão não guarda sintonia com as questões de fato e de direito ventiladas nos autos.

## DO VALOR PAGO EM SEDE ADMINISTRATIVA

Deve-se sopesar que de posse de todos os documentos necessários à regulação do sinistro, o ora apelado realizou o pedido administrativo junto a apelante, referente ao valor da indenização correspondente ao Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, que após a devida análise da documentação apresentada efetuou o pagamento da verba indenitária no importe de **R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais), vejamos:**

**BANCO DO BRASIL S.A.**

### COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: DOC / TED

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

DATA DA TRANSFERENCIA:	26/10/2016
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	135,00

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: VALDERI MENDONCA DA SILVA

BANCO: 104  
AGÊNCIA: 00036  
CONTA: 000000063718-0

---

Nr. da Autenticação 3514E95B4F0F6CFE

---

**Valor este INCONTROVERSO uma vez que confessado pela própria apelada na inicial, vejamos trecho:**

5. Contudo, mesmo estando nessa situação, o Promovente recebeu administrativamente o valor ínfimo de R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais), como pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT. Registre-se que o autor ficou incapacitado para trabalhar por mais de quatro meses, e sendo autônomo, se viu em uma situação bastante delicada (dramática), pois precisava de repouso para se recuperar, contudo, teve que ir várias vezes até a APS – Agência da Previdência Social, para requerer o valor devido do seguro DPVAT, conforme demonstrativo de pagamento da Seguradora Líder em anexo datado em 01 de novembro de 2016.

---

Desta forma, é imperioso consignar, que o M.M. a “a quo” se equivocou no proferimento do *decisum* **uma vez que NÃO FEZ O ABATIMENTO DE REFERIDO VALOR.**

Portanto, necessária a apreciação das provas trazidas ao processo pela ora apelante, uma vez que não foi considerado pelo juízo sentenciante o pagamento administrativo ora noticiado.

Assim reque seja reduzido a condenação a monta de R\$540,00.

### **DOS HONORARIOS SUCUMBENCIAIS**

Pretendia o Autor/Apelado com a demanda, o recebimento de indenização no importe de R\$ 13.365,00, contudo, obteve a condenação da Seguradora ao pagamento de **R\$ R\$ 675,00.**

Quanto ao isto, dispõe o parágrafo único do artigo 86, afirma que *“Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários”*.

*“Art. 86. Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.*

*Parágrafo único. Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários”.*

No presente caso, o proveito econômico obtido corresponde a menos de 10% do valor pleiteado, de modo que se mostra inquestionável a sucumbência mínima da Apelada, o que não foi devidamente reconhecido pelo juízo.

Soma-se a isso, que a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu zelo demasiado pelo patrono do Apelado, bem como houve uma razoável duração do processo, de maneira que a sentença está em total dissonância com o que estabelece o CPC sobre o tema.

Diante da sucumbência mínima da Apelante reque que os encargos fiquem apenas com a parte Apelada.

Caso não seja este o entendimento de V. Exas. na parte dispositiva da sentença constou o seguinte:

*“... considerando que as partes litigantes foram, proporcionalmente, vencido e vencedor, condeno ambas ao pagamento das custas, despesas processuais e **honorários advocatícios, nos moldes do que preceitua o art. 86 do Código de Processo Civil,** em vigor desde o dia 18 de março de 2016, ressaltando ser o autor beneficiário da Justiça Gratuita...”(gn)*

Verifica se omissão do percentual dos honorários uma vez que a r. sentença não determinou **nem percentual e nem se irá incidir sobre o valor da condenação ou da causa.**

Assim sendo reque seja esclarecido o valor dos honorários de sucumbências.

### **CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelante no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso, para:

Seja reconhecido o pagamento administrativo realizado no valor de R\$135,00.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 20 de setembro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **VALDERI MENDONCA DA SILVA**, em curso perante a **1ª VARA CÍVEL** da comarca de **JOAO PESSOA**, nos autos do Processo nº 08230756220178152001.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2021.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819